

A Amazônia e o Terceiro Milênio

SAMUEL BENCHIMOL

1. ANTEVISÃO

O futuro não acontece por si mesmo. O seu fábriço é produto de ação planejada, aleatória e intuitiva dos indivíduos e da sociedade política, econômica e juridicamente organizada. Contém elementos e forças internas e sofre influências conjunturais e estruturais do país e do exterior.

Deste modo, a grande diversidade de variáveis e vetores que atuam e interferem na construção do futuro impõe o exercício de simulações, modelos e cenários. Este exercício pressupõe tentativas de penetração e exploração de novas avenidas e horizontes, tentando visualizar o que poderá ocorrer se as variáveis usadas estiverem corretas e não sofrerem desvios e mudanças significativas.

O futuro, porém, não está contido apenas no passado e no presente. Ele depende, também, de ação e de vontade conduzidas pelas lideranças esclarecidas e dinâmicas, a serviço dos interesses comuns. Sobre tudo não se pode desprezar o papel da ciência, da tecnologia e da biotecnologia tropical para a solução dos problemas ambientais e do crescimento sustentável que combine o uso dos recursos naturais com a conservação dos ecossistemas, atendendo as necessidades e a solidariedade diacrônica da população atual com as gerações futuras. Novas invenções e descobertas podem alterar o rumo e o desenvolvimento social e econômico do futuro.

Não se deve menosprezar o conceito de que a expectativa do fato pode criar o próprio fato. Uma tomada de consciência positiva, realista e de esperança voltada para a melhoria de vida e para o desenvolvimento sócio-econômico regional, constitui o primeiro passo nessa direção. De outro lado, não se pode esquecer o fato de que nas sociedades carentes o cotidiano assume tal proporção que o engenho e a arte se desligam do amanhã e se concentram apenas no clamor e nas soluções de emergência do dia-a-dia.

Por isso, é importante incluir nesse quadro prospectivo as influên-

cias, pressões e constrangimentos ecológicos e ambientais que, partindo de dentro ou fora do país, podem frear ou inviabilizar o desenvolvimento, transformando a Amazônia num santuário ecológico para desfrute da vida selvagem e do turismo exótico.

Nos cenários e projeções que antecedem o terceiro milênio, na Amazônia, é preciso ter em mente que o objetivo básico é de sinalizar uma esperança e assinalar, por antecipação, o que podemos fazer para bem decidir, face aos desafios e potencialidade da região amazônica, e o que podemos oferecer, como contribuição, para solucionar as atuais crises e impasses que o país e o mundo atravessam.

Ao lado do enorme potencial amazônico de recursos naturais, florestais, minerais, energéticos e biotecnológicos é preciso relembrar que esses recursos *per se* não garantem a certeza de um desenvolvimento sustentável. É preciso criar condições de infra-estrutura científica, tecnológica e, sobretudo, de recursos humanos qualificados para que esse nível de bem estar futuro venha a acontecer. O cenário do futuro não contempla nível de emprego e renda para analfabetos formais e funcionais, iletrados, inumerados ou não informatizados. O bom saber e o bom fazer serão instrumentos indispensáveis para a materialização desse futuro.

Face às carências materiais das sociedades pobres, muitos podem pensar que, como o cotidiano assume tal proporção e grandeza, todo o esforço, engenho e arte voltados para as projeções e cenários do futuro constituem um preciosismo acadêmico ou um bizantinismo pseudo-científico. Daí a urgência e a prioridade para que todos se concentrem no clamor das soluções e reivindicações de emergência, de prazo curto, do dia-a-dia, que impõe improvisações, atalhos e, *paraná*s. Esse posicionamento pode nos conduzir, porém, a um beco-sem-saída e à perda da perspectiva e da esperança, como bem demonstra a crise do mundo globalizado em que vivemos.

Apesar disso, é bom alertar, de vez em quando, que não basta empurrar a porta., sair e começar a caminhar. É preciso, também, abrir a janela para olhar, pensar, ver, refletir e antever. E não esquecer jamais que, sem romper nosso passado cultural, a nossa identidade amazônica e brasileira, devemos estar de braços e mentes abertos para receber o futuro.

2. DESAFIOS

A próxima centúria, na Amazônia, fará surgir muitos problemas e desafios que terão que ser previstos e antecipados. Entre eles vislumbram-se:

1. Crescentes pressões das populações do Nordeste, do Centro-Sul e do Centro-Oeste sobre os vales meridionais da calha central, com

repercussões no campo fundiário, florestal e ambiental, sobretudo no sul do Pará, Tocantins, norte de Mato Grosso, Rondônia e Acre, que constituem a nova fronteira agropecuária, madeireira, e mineral da região, com grandes repercussões nacionais e mundiais em face dos desmatamentos e queimadas já ocorridos, da ordem de 400.000 km² de florestas nativas, que representam cerca de 10% da floresta pluvial amazônica.

Essas tensões sociais, econômicas e ecológicas são provenientes do aumento populacional, que passou de 11 milhões de habitantes, em 1980, para 16 milhões em 1990, e deverá atingir 20 milhões de pessoas, na Amazônia Legal, no ano 2000. Essa população passará a exercer forte pressão sobre os recursos florestais e madeireiros, face à extinção da floresta atlântica e das araucárias no sul do país e sobre as atividades agrícolas, minerais e garimpeiras.

Neste particular, já se percebem as conseqüências desse forte *rush* florestal, cujas repercussões são pressentidas pelos desequilíbrios, que fatalmente causarão no ecossistema e no modo de vida e sobrevivência das populações nativas. Por isso, atenção especial deverá ser dada ao desenvolvimento sustentável para combinar a utilização dos recursos naturais com a conservação ambiental.

2. Forte pressão sobre os recursos pesqueiros na calha central e nos lagos de várzea, cuja demanda aumentará consideravelmente como fonte de proteína animal de baixo custo. O aproveitamento desses recursos e sua multiplicação através da piscicultura organizada é uma exigência inadiável, pois a exaustão ou a pesca ambiciosa poderá provocar fome no interior e eliminar a possibilidade de sobrevivência da sociedade cabocla. A recente descoberta da reprodução induzida em cativeiro, através das novas técnicas de hipofisção, poderá contribuir para solucionar o problema e tornar a Amazônia em centro mundial de produção de peixes e crustáceos, elevando a atual produção de 200.000 t/ano para 400.000 t/ano no próximo século. A biodiversidade e a riqueza ictiológica da Amazônia representada por mais de 2.000 variedades e espécies de peixes podem constituir uma solução para o problema da fome e da insuficiência qualitativa alimentar.

3. Deslocamento do eixo de produção mineral para a Amazônia Oriental e Ocidental, com a conclusão e plena operacionalização dos projetos de mineração de alumínio de Trombetas, caulim, de Jari, ferro e manganês de Carajás, cassiterita de Pitingá, nióbio de São Gabriel da Cachoeira, cassiterita de Bom Futuro, potássio em Fazendinha, fosfato em Maicuru, gás e petróleo em Urucú; e os pólos metalúrgicos de Alumar, Albrás e Alunorte.

4. As hidrelétricas de Tucuruí no Tocantins, Balbina no Uatumã, Samuel no rio Juary, e as projetadas usinas de Cachoeira Porteira no Trombetas e no rio Xingú e em outros rios, a despeito dos impactos ecológicos, se bem controlados e ajustados à proteção ambiental, constitu-

em fatores positivos para atender a futura demanda de energéticos a baixo custo, complementado pelas novas usinas em gestação de pequenas usinas hidrelétricas e a utilização de gás natural das reservas de Urucú e Juruá.

A abundância de energia elétrica combinada com a mineração colocará a Amazônia numa vantajosa posição econômica, além de suas vantagens locais. Se todos esses projetos energéticos e minerais chegarem a bom termo, a Amazônia deverá ter o seu produto bruto aumentado em mais de US\$ 10 bilhões anuais no ano 2000. A sua exportação para o exterior que em 1995 atingiu US\$ 3,5 bilhões, deverá ultrapassar a US\$ 5 bilhões na próxima década.

5. Outro desafio está presente na economia ribeirinha da calha central. Graças à potencialidade e fertilidade das águas e de suas várzeas, como grande produtora de gêneros alimentícios, com base na mandioca, milho, arroz e feijão, poderá superar as dificuldades atuais da monocultura da juta em decadência, face ao substituto sintético do polipropileno e do transporte granelizado e por *containers*.

6. A ocupação dos cerrados no planalto central pela agricultura e pecuária com certeza produzirá um grande efeito de aproximação e multiplicação sobre a economia, amazônica da calha central. A medida que essa frente agrícola mediterrânea for sendo incorporada ao país, toda a Amazônia irá sentindo os seus efeitos, quer em função do transbordamento das populações cerradeiras e pantaneiras do centro e centro-oeste em busca das nossas terras virgens, quer em função da criação de novos mercados de produção e consumo, intensificação dos transportes e dinamização dos eixos rodoviários da Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém, Campo Grande-Porto Velho e Transamazônica. A produção agrícola de grãos dessa área aproxima-se de cinco milhões de toneladas de grãos e uma parte dela poderá ser escoada pelo rio Amazonas, via rios Madeira, Tapajós e Araguaia-Tocantins. Uma projeção dos cultivos de grãos em Mato Grosso, Rondônia, sul do Pará e Amazonas permite prever uma produção de dez milhões de toneladas no ano 2010. Outrossim, o rebanho bovino e bubalino que, em 1995, na Amazônia Legal, tinha um efetivo de 35 milhões de cabeças de gado, deverá ultrapassar a 50 milhões na próxima década, sem maior impacto ambiental, graças ao aumento da produtividade, melhoria dos pastos e qualidade genética dos rebanhos, contribuindo para o aumento da produção de leite e carne para melhorar a dieta alimentar do amazônida.

7. De grande importância para a integração da Amazônia certamente serão os cinco pólos de Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, naturais escoadouros flúvio-rodoviários da produção regional.

7.1 Belém, com a construção do novo porto de Barcarena, dará suporte ao pólo mineiro-metalúrgico da Albrás e Alunorte, com a abundância de hidreletricidade de Tucuruí e com a construção da eclusa do

rio Tocantins, tornará viável a grande via fluvial do complexo Araguaia-Tocantins, possibilitando outra via de acesso e transporte para a produção do cerrado e do minério de Carajás e Paragominas, como alternativa da ferrovia de Itaqui, em São Luís, no Maranhão. Nessa altura, Belém deverá reforçar as estimativas de 2,5 milhões de habitantes para o final do século, vivenciando, então, sérios problemas de criação de empregos, habitação, saneamento e infra-estrutura urbana.

7.2 Santarém, com o futuro asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá e a extensão do linha energético de Tucuruí para o sudeste paraense, tende a se promover como metrópole do Baixo Amazonas, quando atingirá 500.000 habitantes no ano 2000 e a cidade tornar-se-á pólo dinâmico da economia varzeana em termos de exportação e distribuição de produtos do Baixo Amazonas, gozando ainda do fator de proximidade para a importação fluvial do Centro-Sul/Manaus, em substituição a Belém.

7.3 Manaus tem hoje os seus pólos industriais da Zona Franca de Manaus em plena expansão, mesmo com a nova política de abertura das importações e globalização econômica que induziram a modernização e melhoria da competitividade de suas empresas e produtos. A sua produção industrial que atingiu US\$ 9 bilhões em 1990, superou a US\$ 12 bilhões em faturamento no exercício de 1995. Houve consideráveis ganhos de eficiência industrial e redução de custos, muito embora houvesse a diminuição de sua força de trabalho, de 77.000 operários em 1990 para 63.000 (inclusive 16.000 terceirizados) em 1995.

A redução dos custos industriais e os incentivos foram repassados aos consumidores nacionais, tendo proporcionado uma economia de divisas da ordem de US\$ 8 bilhões em 1995, pois importou insumos estrangeiros no valor de US\$ 2,7 bilhões para uma venda final de US\$ 12,0 bilhões. Também esta produção industrial foi capaz de gerar receitas públicas no valor de US\$ 2,2 bilhões em 1995, sendo US\$ 987 milhões de ICMS estadual e US\$ 1,3 bilhão de tributos federais, previdência social e FGTS.

No entanto, é preciso com urgência expandir, inovar, descobrir e implementar novas alternativas, opções e cadeias produtivas que complementem o modelo e integre o desenvolvimento em benefícios das populações interioranas. Entre outras alternativas de desenvolvimento sustentado devemos citar a implantação dos novos pólos de especiarias, floro-xilo-químicos, óleos essenciais e vegetais, heveicultura e héveo-fábrica, fármacos, produção varzeana, especialmente mandioca e macaxeira, frutas regionais, palmito de pupunha, piscicultura, pasta química, celulose, madeira e móveis, pecuária bovina e bubalina, avicultura, refino de petróleo, produção de gás natural e pólo petroquímico dos campos de Urucú e Juruá, mineração em larga escala e turismo geral e ecológico. É de fundamental importância para o seu futuro o asfaltamento da rodovia BR-174, que liga Manaus/Boa Vista a Caracas; a reconstrução da BR-319,

que liga Manaus a Porto Velho; o melhoramento da hidrovia do Madeira e a construção do novo porto de Manaus.

7.4 Porto Velho e Rio Branco estão se tornando dois grandes centros da produção agrícola, madeireira e mineral, porém sofrem com a precariedade da manutenção da rodovia BR-364 e as deficiências da navegação dos rios Madeira e Purús. Para se tornarem pólos viáveis de desenvolvimento sustentável, precisariam consolidar a sua vocação agrícola e florestal, compatibilizar o uso de recursos com a proteção ambiental, aproveitar as suas vias fluviais para ter uma saída para o rio Amazonas e Oceano Atlântico, e através da rodovia BR-317, que liga Boca do Acre-Rio Branco-Xapuri-Assis Brasil-Puerto Maldonado-Iló-Matarani materializar o acesso ao Pacífico.

8. O desenvolvimento da calha central do rio Amazonas-Solimões está na dependência da melhoria dos transportes e portos fluviais, tanto na calha central quanto nos rios tributários, bem como da solução da continuada crise energética e na criação de uma base econômica produtiva e próspera. Macapá, Cametá, Gurupá, Almeirim, Munguba, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Obidos, Oriximiná, Parintins, Itacoara, Manacapuru, Codajás, Coari, Tefé, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Benjamin Constant e Tabatinga, no decorrer dos próximos anos serão transformados em centros de exportação direta, com ligação oceânica para Europa e América do Norte. Essa frente histórica e mais antiga da ocupação amazônica necessita ganhar autonomia e vida própria, libertando-se da situação de extrema dependência periférica dos centros dominadores de Manaus e Belém, que absorvem a quase totalidade dos investimentos e da infra-estrutura regional e, por isso, se tornaram vítimas de um incontrolável processo de implosão urbana.

Por outro lado, os transportes rodoviários e inter-fluviais deverão ser intensificados, no sentido óbvio de encurtar distâncias, ficando ligadas as cidades e vilas mais importantes entre os vales do Javari-Juruá (Benjamin Constant-Carauari-Eirunepé), Juruá-Purús (Eirunepé-Boca do Acre e Carauari-Lábrea), Purús-Madeira (Lábrea-Humaitá, Canutam-Tapauá-Manicoré) e Madeira-Tapajós (Manicoré-Jacareacanga, Borba, Nova Olinda do Norte e Maués e Itaituba).

9. Nos tributários da calha norte, o desenvolvimento vai depender da expansão do processo de ocupação humana, pois ela constitui hoje o maior incúmeno regional. Porém é uma área extremamente sensível a problemas políticos-internacionais por ser um território limítrofe a áreas sujeitas à turbulência das guerrilhas ao narcotráfico e instabilidades políticas dos países fronteirizos e também a problemas internos gerados pela necessidade de conciliar a demarcação das reservas indígenas com o uso e exploração de seus abundantes recursos minerais. O dinamismo de sua economia, também, está ligado à construção e pavimentação das rodovias ligando Manaus à Boa Vista -Venezuela, e a construção da futura

estrada de Óbidos a Surinam e de Macapá à Caiena, na Guiana Francesa.

10. Do ponto de vista político é possível antecipar a necessária reorganização do espaço político regional, mediante a criação de novos Estados ou Territórios Federais. É bem possível que além dos atuais nove estados amazônicos (Pará, Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima) venham a ser criados, pelo natural processo de descentralização administrativa e representatividade política no Congresso Nacional, os Territórios Federais ou Estados do Alto Amazonas, abrangendo o alto Solimões, o Içá e Japurá; o do Rio Negro, integrado pelos vales do alto rio Negro, Uaupés, Içana, a partir de Barcelos até a fronteira da Colômbia; o de Trombetas, abrangendo os rios Trombetas e Mapuera; e o do Baixo Amazonas, constituído pela área do vale do rio Tapajós. Essa reorganização territorial que venho defendendo há mais de trinta anos está se tornando, cada vez mais, urgente e inadiável, na medida em que se constata o esvaziamento e êxodo rural do interior dos Estados amazônicos e a excessiva concentração populacional nos grandes centros urbanos de Manaus e Belém, que estão se tomando cidades ingovernáveis, à beira da explosão social da miséria e da marginalização social. A criação dessas novas unidades federadas viria preencher um inecúmeno político pela presença atuante de um mais alto nível administrativo do poder público e da representação política no Congresso Nacional, fazer surgir novas lideranças e gerar novos investimentos sociais e econômicos para interiorizar o desenvolvimento.

3. CENÁRIOS

Historicamente a Amazônia vem evoluindo pela incorporação e desdobramento de quatro frentes de ocupação e povoamento. A via atlântica de colonização portuguesa que penetrou no vale amazônico pelo delta e subiu a calha central do rio Amazonas e seus tributários, produziu a fase histórica do ciclo das drogas do sertão e do povoamento nordestino-cearense que impulsionou o ciclo da borracha.

A frente do planalto central, produto do desdobramento da fronteira humana do Centro-Sul e do Sudoeste e que levou mais de cem anos, após a independência, para ganhar presença marcante depois da abertura das frentes rodoviárias de penetração da Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco. Esta via é a principal responsável pelas novas frentes agropecuárias e, também, pelos transtornos e impactos ambientais dos desmatamentos para colonização e exploração econômica.

A frente andina e guianense, mais distante e longínqua, porém sempre presente e possível, dado ao fato de que a Amazônia constitui um condomínio político de nove países, com os quais compartilha a sobera-

nia da área. Esta frente está, hoje, em processo de crescimento através do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978 e será afetada pelos destinos dos países do Pacto Andino, do Caribe, do Mercosul e do Nafta, nesta época caracterizada pela formação de blocos de países de mercados comuns e globalização econômica.

Finalmente, a quarta frente de origem inicialmente indígena, vítima inicial do processo imperial da conquista e que vem incorporando, ao longo dos séculos, contingentes de migrantes nacionais e estrangeiros.

Considerando que essa frente interna de povoamento e ocupação está, hoje, representada por 16 a 17 milhões de habitantes, a Amazônia tornou-se uma parcela importante da nação brasileira, pois o seu destino parece ser, cada vez mais, abrigar os excedentes da população brasileira do Centro-Sul, os refugiados ecológicos de outras áreas brasileiras já atingidas pela degradação ambiental e como frente pioneira agrícola, mineral e industrial, receptora de investimentos nacionais e forâneos. Esta frente deve, promover, simultaneamente, a melhoria de qualidade de vida, geração de emprego e aumento da renda de sua população tradicional, que deve ser um dos objetivos prioritários de qualquer política regional.

Essas quatro frentes estão todas elas presentes e atuantes, de forma desigual e assimétrica, na Amazônia de hoje, mas todas elas têm um papel a representar no processo de integração regional e na construção do nosso futuro.

Esse processo de integração e expansão da fronteira humana, econômica e social na Amazônia encontra-se hoje sob questionamento interno e externo.

Internamente discute-se a viabilidade de se continuar investindo em infra-estrutura e em empreendimentos que demandam altos custos e tratamentos diferenciados e incentivos face à lógica implacável da distância continental e dos altos custos de transferência. Por isso, todas as instituições amazônicas e os principais projetos de desenvolvimento estão sendo questionados por uma ponderável parcela da sociedade nacional, sobretudo aquela localizada nas regiões do sudeste e do sul. As novas instituições e os novos modelos de desenvolvimento estão sob o fogo cruzado de interesses de grupos enraizados em outras regiões, que disputam conosco uma maior parcela do produto e da renda nacional. Instituições como a Sudam, Sufirama, Basa, Universidades, instituições de pesquisas estão sobrevivendo a duras penas, face à recessão nacional e às contingências derivadas da discussão de viabilidade e dos incentivos do projeto amazônico na conjuntura atual.

Externamente a preocupação ecológica e ambiental, que se apossou da mente dos líderes dos povos industrializados e desenvolvidos, fez da Amazônia um símbolo de toda a preocupação mundial sobre o destino do nosso planeta. Mais do que isso, em muitos países, lideran-

ças políticas e proféticas premonições para-científicas criaram a imagem e o estereótipo de que pesa sobre a Amazônia a responsabilidade de manter íntegro os seus ecossistemas silvestres, para que o resto da humanidade possa usufruir e manter os seus atuais padrões e tecnologias poluidoras e degradantes dos seus sistema de produção.

A floresta amazônica, assim, deveria ser mantida e preservada como um santuário, para poder exercer a sua função de sumidouro do dióxido de carbono, produzido pelos países do hemisfério norte, manter a temperatura e o clima global em equilíbrio e sustentar, com a sua imensa biodiversidade, as necessidades genéticas da população futura.

Este novo e falso conceito e percepção unilateral e radical do problema já tem feito sentir os seus efeitos e impactos sobre a região, sob diferentes formas, políticas e estrangimentos externos. Eles atuam nos organismos financeiros internacionais para negar financiamento para construção de estradas e barragens, desencorajar iniciativas no campo da hidreletricidade, mineração, agricultura e pecuária, sob o pretexto de que agridem o ecossistema e irão promover o aquecimento global, aumentar o nível de dióxido de carbono, causar chuvas ácidas, contribuir para romper a camada de ozônio e outras formas degradantes e agressivas do equilíbrio dos ecossistemas mundiais.

As virtualidades e os dons amazônicos são exaltados neste tipo de discurso ideológico, mas de outro lado não se reconhece que a contrapartida e o ônus devem recair sobre aqueles países beneficiados, que devem assumir as suas responsabilidades e obrigações de contribuintes de um necessário imposto internacional ambiental, que deve ser criado e exigido pelos países amazônicos pelo suprimento de tais benefícios e serviços.

Assim a Amazônia enfrenta, nesta década, o pior dos mundos possíveis. Do lado interno, a recessão e a instabilidade econômica e política constroem a expansão de nossa fronteira social e humana pela carência de recursos financeiros e vontade política de atuar numa região distante e carente de força representativa no Congresso Nacional. Do lado externo, as formulações de falsas profecias e premonições que, sob pretexto ambiental, tolhem ou respondem timidamente às solicitações de recursos para enfrentar os grandes desafios que a Amazônia enfrentará no próximo milênio. Isto é, como desenvolver ciência, educação e tecnologias tropicais e ambientais não invasivas e não poluidoras, através da introdução de novos métodos de exploração racional e inteligente dos recursos naturais em harmonia com as necessidades de preservação ambiental, em benefício das gerações atuais e futuras.

Esta ambigüidade de posições e a discordância frontal entre o discurso e a realidade factual ficou bem patente na Conferência do Meio Ambiente do Rio de Janeiro/ECO-92, quando um determinado número de países líderes desenvolvidos se negaram a assinar a Convenção da Biodiversidade, que assegurava aos países detentores dos referidos

recursos genéticos a transferência de tecnologia e o direito de patente e *royalties* pelo desenvolvimento de subprodutos, princípios ativos e fármacos deles derivados.

Considerando essas duas linhas de fatores atuantes na atual conjuntura é possível traçar, pelo menos, três cenários que possivelmente irão influenciar na formação e atuação da Amazônia do terceiro milênio:

O primeiro cenário representa o desdobramento da situação crítica atual, caracterizada pelas crises internas e externas. Este cenário irá produzir o agravamento das condições atuais da região mediante o aprofundamento das contradições e imperfeições dos modelos atuais de desenvolvimento dos grandes projetos industriais, do modelo da Zona Franca de Manaus, dos pólos minerais, energéticos e das frentes agropecuárias de expansão na periferia espacial da região.

A escassez dos recursos internos provocará a perda da prioridade regional nos planos nacionais de desenvolvimento e provocará estagnação ou regressão nas frentes pioneiras agrícolas. Haverá fortes restrições e constrangimentos ecológicos para o aproveitamento dos recursos madeireiros, construção de novas usinas hidrelétricas e aproveitamento de bens minerais. O desestímulo dos bens, produtos e matérias primas regionais continuarão a sofrer quedas de preços e relações perversas no intercâmbio interno e externo.

O quadro será recessivo e de aprofundamento da pobreza, queda do nível de emprego e renda. Haverá perda de lideranças científicas, profissionais, empresariais e sindicais, enfraquecendo a estrutura da sociedade regional. Esta linha regressiva refletir-se-á, de forma crônica, na manutenção de níveis de desemprego e de pobreza, tanto no campo quanto na cidade, criando situações de conflitos sociais, maior disparidade de renda e crescente marginalidade. Possivelmente haverá regressão da fronteira humana e desinvestimento crescente que desestimularão qualquer iniciativa de recuperação a curto e médio prazo.

O segundo cenário retrata um quadro de implementação de uma política fortemente restritiva do desenvolvimento econômico amazônico, imposta por fatores de ordem externa, com o objetivo de tornar a Amazônia um santuário da vida silvestre, um banco genético com base na sua biodiversidade para aproveitamento futuro. Seriam incentivadas atividades primitivas de exploração econômica como a atividade florestal extrativa. Esse ciclo, que já se considerava ultrapassado pela inviabilidade econômica de suas técnicas primitivas, passaria a ser eleito como fórmula mágica salvadora para sobrevivência de seringueiros, indígenas e outros povos da floresta.

Para compensar essas perdas de renda e emprego seriam dispensadas políticas compensatórias internacionais e por organizações governamentais e não governamentais, visando criar e manter tal modelo

extrativo e anacrônico, procurando alternativas de sua viabilização mediante introdução de novas tecnologias de manejo florestal, adensamento e enriquecimento das espécies nobres. É de se pensar, também, que a implementação dessa política extremamente ambientalista poderia conduzir a Amazônia para novas formas de desenvolvimento sustentável, com ênfase na biotecnologia, piscicultura e outras atividades inovadoras, que produziria e constituiria a nova base do sistema produtivo sustentável.

Resta especular até que ponto a sociedade amazônica, despida de suas lideranças científicas, técnicas e empresariais, seria capaz de experimentar tal modelo e tornar essas inovadoras experiências em fonte permanente de prosperidade e bem estar. Corremos, todavia, o risco de ver crescentes imposições e restrições à soberania brasileira na área, pois os investimentos e o poder decisório, provavelmente, seriam deslocados para o exterior.

O terceiro cenário poderia combinar e explorar as possibilidades positivas de alguns aspectos dos dois cenários anteriores, com a introdução de modificações estruturais nos modelos atuais de desenvolvimento praticado. Este novo quadro teria validade e possibilidade de realização, caso a economia nacional brasileira continue a crescer e volte a investir na Amazônia como prioridade nacional.

A retomada dos investimentos públicos e privados criariam novas perspectivas de emprego, renda e bem estar, e o setor público voltaria a se empenhar na construção dos projetos e obras de infra-estrutura econômica, social, educacional, científica e tecnológica. Também, de outro lado, este cenário se comporia com o esforço de cooperação e colaboração internacional, mediante uma nova ordem econômica e ecológica internacional.

Nesta nova ordem, o processo de dominação ou de relações do antigo conflito Norte-Sul seria substituído por amplos programas multilaterais. Esses programas viriam ajudar a região a proceder uma melhor divisão internacional de trabalho, de acordo com as suas vantagens absolutas e relativas de suas vocações e aptidões, visando inserir a economia amazônica, tanto no contexto brasileiro quanto na sua órbita maior, no campo da comunidade internacional.

Neste caso de globalização ecológica e econômica, os ônus e benefícios seriam repartidos entre todos os países que viessem a aderir à nova ordem internacional. Essa ordem ganharia foro de confiabilidade e viabilidade, caso os investimentos que hoje são absorvidos pelo setor bélico, cessada a guerra fria e o confronto leste-oeste, fossem dirigidos para a criação de uma economia que contemplasse os valores regionais, nacionais e mundiais, a serviço do bem comum de todos.

Ao final, para concluir, desejo terminar como comecei. O futuro não acontece por si mesmo. O seu fábriço é produto da ação planejada,

da inovação e do desejo político da sociedade para criar um horizonte de vida, trabalho e bem estar que contemple a todos sob o pálio da justiça e da fraternidade. A Amazônia deve estar de braços e olhos abertos para receber esse futuro.

Resumo

O futuro não acontece por si mesmo. Ele é produto da ação planejada da sociedade política juridicamente organizada. Ele combina elementos e forças internas e é influenciado pelo relacionamento internacional.

Ao lado do enorme potencial amazônico, é necessário considerar a criação de condições favoráveis (científicas, tecnológicas e - acima de tudo - mão-de-obra qualificada) para alcançar um futuro desejável.

No próximo século, a região Amazônica enfrentará problemas, tais como: I - crescente pressão populacional originária do Nordeste, do Centro-Sul e do Centro-Oeste; II - pressão na exploração dos recursos pesqueiros nos lagos e nas várzeas; III - pressão na produção mineral; IV - consolidação de usinas hidroelétricas; V - apoio à economia ribeirinha; VI - a lavoura e a criação de gado nos “cerrados”; VII - a consolidação de cinco centros de desenvolvimento (Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco); VIII - melhoria do transporte fluvial; IX - expansão da ocupação humana rumo ao Norte; e, X - criação de novos Estados e Territórios.

Abstract

The future never comes by itself. It is made of a political society planned action under a lawful organization. It gathers elements and internal forces and is influenced by foreign relations.

Besides the huge potential (natural, energetic and biotechnological resources) one has to bear in mind that it is necessary to create favourable conditions (scientific, technological and - above all - skilled manpower) to reach a desirable future.

The Amazon region will face problems in the next century, such as: I - growing population pressure stemmed from Northeast, Mid-West and Mid-South; II - pressure on fishing resources in lakes and flooded lands; III - stress on mineral production; IV - consolidation of hydroelectric plants; V - fostering of rivers banks economy; VI - development of plantation and cattle breeding in the “cerrados” region; VII - consolidation of five development urban centres (Belém, Santarém, Manaus, Porto Velho and Rio Branco); VIII - improvements in water ways transportation; IX - northward expansion of human occupation; and, X - creation of new States and Territories.

O Autor

SAMUEL BENCHIMOL é amazonense, nascido em Manaus em 1923. Bacharel pela Universidade do Amazonas, Mestrado em Sociologia e Economia por *Miami*

University, Oxford, Ohio, USA e Doutor em Direito pela Universidade do Amazonas e Professor Emérito desta Universidade desde 1998.

Ensinou Sociologia, Economia Política, Política Fiscal e Introdução à Amazônia na Universidade do Amazonas, onde continua ensinando esta disciplina.

Tem publicados 104 livros, trabalhos, teses e monografias sobre a Amazônia, com destaque: “O Cearense na Amazônia”, “Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia”, “Amazônas Ontem Pouco-Antes e Além-Depois”, “Amazônia: Guerra na floresta”, “Manual de introdução a Amazônia”, “Os judeus na Amazônia” e agora lança este ano o livro “Amazônia: Formação Social e Cultural (480 páginas), onde estuda as etnias, povos e cultura nativas, migrantes e brasileiros que ocuparam a Amazônia.